

A IMPORTÂNCIA DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS ATRAVÉS DO OLHAR DOCENTE NA REDE MUNICIPAL DE CURITIBA

THE IMPORTANCE OF THE MULTIFUNCTIONAL RESOURCE ROOM THROUGH OF THE TEACHING LOOK AT THE MUNICIPAL NETWORK OF CURITIBA

Bruna G. Cenedeze; Greicy K. Braga de Oliveira; Maria C. Mezzomo Schmitz; Dra. Aline Chalus Vernick Carissimi

CENEDEZE, Bruna G., et al. A importância da sala de recursos multifuncionais através do olhar docente na rede municipal de Curitiba. Revista Tecnológica da FATEC-PR, Edição Especial, p. 73-83, jan/dez, 2020.

RESUMO

A pesquisa apresenta um estudo sobre as salas de recursos multifuncionais, o trabalho desenvolvido pelos professores que atuam com estudantes público-alvo da educação especial, matriculados na rede municipal de educação, na cidade de Curitiba/PR. O Atendimento Educacional Especializado está diretamente ligado à articulação com profissionais da classe comum, nota-se um apoio pedagógico de ambas as partes e uma problemática na relação teórica e prática profissional.

Palavras-chave: Educação Especial, Sala de Recursos Multifuncionais, Atendimento Educacional Especializado, professores e estudantes

ABSTRACT

The research presents a study on the multifunctional resource rooms, the work developed by teachers who work with students targeting special education, enrolled in the municipal education network, in the city of Curitiba / PR. The Specialized Educational Service is directly linked to the articulation with professionals of the common class, there is a pedagogical support from both parties and a problem in the theoretical and professional relationship.

Keywords: Special Education, Multifunctional Resource Room, Specialized Educational Service, teachers and students.

1 INTRODUÇÃO

A temática desta pesquisa, denominada “a importância da sala de recursos multifuncionais através do olhar docente na rede municipal de Curitiba”, reflete a forma como os profissionais atuam — os docentes do AEE e da classe comum. A revisão de literatura está dividida em três títulos centrais: educação especial, atendimento educacional especializado e sala de recursos multifuncionais.

A Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) é um ambiente preparado para a prática pedagógica do professor que atua com o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e atende alunos público-alvo da Educação Especial (EE) matriculados na rede regular de ensino. O estudante que não consegue acompanhar o ensino regular é destinado a frequentar os serviços especializados. O enfoque deste estudo é realizar uma pesquisa para verificar qual a visão dos professores com relação ao ambiente denominado Sala de Recursos Multifuncionais que fornece o AEE, através de uma entrevista semiestruturada, na cidade de Curitiba/PR.

2 OBJETIVOS

Realizar uma pesquisa exploratória sobre a percepção dos professores que atuam com o AEE e o docente da rede regular de ensino, referente a Sala de Recursos Multifuncionais, na cidade de Curitiba. Tem por objetivos específicos: (a) Pesquisar fundamentos teóricos e das diversas legislações sobre a Sala de Recursos Multifuncionais; (b) Analisar a visão dos professores de classes comuns e AEE acerca da Sala de Recursos Multifuncionais e a articulação entre os dois tipos de profissionais; (c) Verificar a importância da Sala de Recursos Multifuncionais através do olhar docente.

3 JUSTIFICATIVA

Esta pesquisa tem por finalidade destacar a importância da SRM e a articulação entre o ensino regular e o professor do Atendimento Educacional Especializado, com base na percepção dos docentes, na cidade de Curitiba. Ao pensar sobre as respectivas articulações, surgiram indagações e incertezas em relação ao paradigma educacional inclusivo como: O trabalho realizado pelo profissional que atua com o AEE, sendo essencial refletir a maneira que ele conduz a prática do professor regente em suas estratégias pedagógicas e verificar a relevância da SRM, a oferta do atendimento especializado ao estudante com Necessidades Educacionais Especiais (NEE).

4 METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste estudo é qualitativa de natureza exploratória e descritiva. Além disso, foi optado por fontes de informação: bibliográfica e documental, procedimento de coleta de dados (GIL, 2002), um roteiro de entrevistas semi estruturado para captar dados e informações entre docentes do ensino regular e do Atendimento Educacional Especializado, que trabalham no município de Curitiba e atende alunos da modalidade de Educação Especial.

5 CONCEITO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Segundo MANTOAN (2010, p.7) “A inclusão rompe com os paradigmas que sustentam o conservadorismo das escolas, contestando os sistemas educacionais em seus fundamentos.”. Atualmente, a Educação Especial é voltada na perspectiva de inclusão escolar. Fundamenta-se na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN) n° 9394/96. Havendo uma reorganização nas etapas de ensino, a Educação Básica. Em que, no seu artigo 58, apresenta a EE como:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (LDBEN n° 9394/96, artigo 58, capítulo 5)

Pode-se observar neste artigo que é dada a devida importância aos estudantes com necessidades educacionais especiais. É relevante salientar o § 1 do art. 58, que garante serviços de apoio especializado aos educandos: “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial”.

Na LDBEN n° 9394/96, a educação especial passa a ser considerada como modalidade de educação escolar e apresenta uma ênfase para os ambientes educativos. Em seu art. 58 §2, propõe o atendimento realizado em classes, escolas ou serviços especializados.

A Lei n.º 9.394/96 continuou definindo a integração como princípio de sistema educacional, deixando implícitas as condições de uma educação paralela, ao usar a expressão “preferencialmente” na rede regular de ensino, permitindo a existência de escola e das classes especiais quando o aluno não se adaptasse à sala comum do ensino regular. (MIRANDA, 2014, p.32)

Em concordância com MIRANDA (2014), o estudante ao frequentar o ensino regular será ofertado o atendimento educacional, e o indivíduo que não consegue acompanhar passará a ser inserido no ensino especializado.

6 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Na modalidade de EE percorre os níveis de ensino. Em torno desse aspecto a LDBEN n° 9394/96, artigo 58 estabelece o assessoramento por meio de serviços especializados o qual é realizado pelo atendimento educacional especializado, possibilitando os recursos e orientações aos estudantes com NEE no processo de aprendizagem. Segundo o Ministério da Educação (MEC) e a Secretaria de Educação Especial (SEESP) nas Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica (2008):

O AEE é realizado, prioritariamente, na Sala de Recursos Multifuncionais da

própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, podendo ser realizado, também, em centro de atendimento educacional especializado público/privado sem fins lucrativos, conveniado com a Secretaria de Educação. (BRASIL. 2008, p. 2)

Com base nas ideias de MIRANDA (2014), os serviços de apoio especializado é um trabalho de natureza pedagógica que integra o ensino junto à educação de ensino regular. Isto é, o estudante não consegue acompanhar a classe comum, precisa de um apoio pedagógico especializado para auxiliar em seu desenvolvimento como acadêmico.

Na LDBEN nº 9394/96, capítulo V, artigo 59, inciso terceiro, é garantido a especialização adequada em nível médio ou superior aos profissionais para o atendimento especializado como também professores da classe comum. Para BRASIL: MEC, SEESP (2001, p. 31 e 32) no documento Diretrizes nacionais para Educação Especial na Educação Básica que refere-se a dois perfis de professores — o educador do ensino regular capacitado e o docente especializado em educação especial. O profissional especialista fornece soluções educativas, auxilia o professor do ensino regular, desenvolve estratégias flexíveis, realiza adaptações curriculares.

A pesquisa de REZENDE (2016) destaca sobre a formação do professor recém habilitado, “[...] durante sua formação inicial no curso de formação de docentes adquiriram conhecimentos básicos sobre o assunto em poucas aulas durante o mesmo.” (REZENDE. 2016, p.8). A Resolução Conselho Nacional de Educação (CNE)/ Câmara de Educação Básica (CEB) nº 4/2009, artigo 12, para exercer sua atuação no atendimento educacional especializado, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica na educação especial. Para BORGES; ALMEIDA (2013) o aperfeiçoamento profissional vem para certificar-se o desenvolvimento contínuo do professor, através das vivências, estudos, reflexões e discussões.

Portanto, as políticas públicas direcionadas à educação especial buscam promover a inclusão, necessita caracterizar o público-alvo e contribuir para a formação dos profissionais do ensino comum e do AEE, de acordo com MANZINI (2018, p. 820). Com relação ao público-alvo para BRASIL: SEESP/MEC (2008, p.02) considera-se — (a) Alunos com deficiência, seja ela intelectual, mental, física, auditiva, visual e múltipla devem ter acesso a recursos diferenciados identificados como NEE; (b) Alunos com transtornos globais do desenvolvimento apresentam alterações do desenvolvimento neuropsicomotor, estereotípias motoras, comprometimento na interação social e na comunicação; (c) Alunos com altas habilidades/superdotação, indivíduos que possuem potencial elevado e estão intimamente ligados às áreas de conhecimento.

7 SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

Conforme foi evidenciado nos estudos de MIRANDA (2014, p.37) às salas de recursos multifuncionais surgiram como estratégias para auxiliar no processo de inclusão e

aperfeiçoamento de aprendizagem por intermédio da flexibilização de critérios, para a inserção e desenvolvimento escolar de alunos com NEE. Salienta POKER; ET. AL. (2013) que o AEE é ofertado no contraturno da escolarização.

Considera-se sala de recursos multifuncionais o espaço organizado com material didático, profissionais da educação especializados e de apoio aos alunos e professores, recursos pedagógicos, tecnológicos, de acessibilidade, objetivando a oferta do Atendimento Educacional Especializado. (DELIBERAÇÃO Nº 02/2016 – Conselho Estadual de Educação, p.11)

Com isso, as instituições de ensino consideradas inclusivas devem garantir a educação para todos pensando em suas habilidades, tempo e forma de aprendizagem. Segundo MANTOAN (2010, p. 21): “O PPP prevê ações de acompanhamento e articulação entre o trabalho do professor do AEE e os professores das salas comuns [...]”. Visto que os professores da classe comum e os que atuam na educação especial necessitam se adequar ao trabalho conjunto que seja interdisciplinar e colaborativo. O desenvolvimento desse processo é diferente, o docente da rede regular cabe o ensino de diversos conteúdos curriculares e o educador que atua com o AEE complementa a formação do estudante. Essa proposta está articulada com as adaptações criadas por profissionais da educação para proporcionar a qualidade educacional, conforme MANTOAN (2010). De acordo com a Resolução CNE/CEB nº 4/09 – “Artigo 9º A elaboração e a execução do plano de AEE são de competência dos professores que atuam na sala de recursos multifuncionais ou centros de AEE, em articulação com os demais professores do ensino regular [...]”.

O trabalho em conjunto dos educadores através da equidade atualmente possui um obstáculo para o processo de inclusão educacional, sendo disponibilizar a todos os indivíduos os materiais didáticos que o ensino proporciona para o aprendizado, isto é, os conteúdos básicos. Desta maneira, a articulação entre os profissionais da educação é dialogar sobre as flexibilizações e adaptações curriculares para os educandos com necessidades educacionais especiais, respeitando os conteúdos bases do ano matriculado, MIRANDA (2014).

Embasada na instrução 016/2011 (PARANÁ: Secretaria Estadual da Educação (SEED)/Superintendência da Educação (SUED). 2011), orienta sobre a ação pedagógica desenvolvida na SRM. Na Educação Básica o trabalho deve se encaminhar a partir dos interesses, necessidades e dificuldades de aprendizagem de cada aluno. Contribuindo com recursos pedagógicos através de metodologias e estratégias de acordo com a aprendizagem desenvolvida na classe comum para habilitar e valorizar o estudante. Através do atendimento individual, trabalho colaborativo com professores da classe comum e trabalho colaborativo com a família.

8 ANÁLISE DE DADOS DA PESQUISA

A partir de dados obtidos, em 2020, por meio de uma pesquisa com 04 profissionais que

trabalham na rede Municipal de Curitiba, foi encaminhado o termo de consentimento livre e esclarecido e as questões da entrevista através de recursos online. Com a finalidade de haver um diálogo diante da revisão bibliográfica e documental, as informações foram classificadas por 02 professores da classe comum (P1) e 02 professores que trabalham na sala de recursos multifuncionais (P2).

Por meio dos dados obtidos, verificou-se que as docentes (P1), possuem formação em Pedagogia, conforme disposto na LDBEN n° 9394/96 certifica formação adequada a professores da classe comum e para o atendimento especializado, em nível médio ou superior. No estudo os educadores (P2) atuantes no ensino de apoio fizeram pós-graduação em educação especial/educação inclusiva e os (P1) em áreas distintas.

Os participantes ressaltaram que a prefeitura disponibiliza cursos de formação continuada voltadas à inclusão. De acordo com BORGES; ALMEIDA (2013) existe a necessidade dos profissionais se adequarem para haver um aprendizado constante, pois o meio acadêmico está sempre em evolução. Como destacado por um dos entrevistados (P1): “[...] a RME (Rede Municipal de Educação), junto a Secretaria de Educação oferece muitos cursos aos professores. No ano de 2019 realizei o Curso de Inclusão, que durou o ano todo. [...]”.

Confirmado também por professores qualificados em atendimento especializado (P2): “Sim. Ensino estruturado; Comunicação Alternativa. Conforme nossa solicitação, o DIAEE (Departamento de Inclusão e Atendimento Educacional Especializado), organiza a formação. [...]”. Desta forma, nota-se que os profissionais apresentam uma formação adequada para trabalhar nos ambientes educacionais o qual está inserido, seja na rede regular de ensino ou na Sala de Recursos Multifuncionais.

O atendimento educacional especializado é ofertado na SRM, com base no BRASIL: MEC/ SEESP (2008, p.2). Segundo MIRANDA (2014) o estudante da classe regular que não consiga acompanhar o ensino será matriculado no serviço especializado. Em vista disso, pode-se afirmar que é um trabalho que auxilia na formação acadêmica do estudante, tem uma função didática/educativa.

Os professores (P1) ressaltaram a importância desse ambiente para a formação do estudante com necessidades educacionais especiais: “É de extrema importância a SRM estar presente contribuindo com esse estudante. [...] Para que tenha inúmeras possibilidades de aprendizagem.” A outra docente (P1) destaca que: “Uma grande importância no apoio às professoras da sala regular, nos ajudando a trabalhar as individualidades e habilidades dos alunos de inclusão.”. Fica evidente, que é necessário um ambiente educativo que complementa as aulas do ensino comum.

Os educadores (P2) na entrevista explicam o quanto esse trabalho é fundamental para o aprendizado dos alunos nesse ambiente, como explicado por um dos profissionais: “[...] A SRM tem a importância de amenizar conflitos, trazer formas diferenciadas de metodologias e recursos pedagógicos, que em parceria com o planejamento escolar, buscam efetivar a aprendizagem

acadêmica de estudantes com deficiência no ensino comum.” A LDBEN nº 9394/96, expressa os direitos dos estudantes público-alvo da modalidade de ensino — Educação Especial. Em que, no capítulo V, garante os serviços de apoio especializado.

A SRM tem por função, segundo os docentes (P1): “Dar condições para o estudante participar das aulas do ensino regular apesar de suas limitações, somando a responsabilidade do desenvolvimento desses alunos, com as professoras do ensino regular.” Um dos educadores (P2) destaca: “[...]. Desenvolver recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem. Orientar professores com estratégias e materiais diversificados que facilitem a aprendizagem dos alunos e orientar as escolas quanto a acessibilidade física.”.

O processo didático-pedagógico é mencionado com relação às práticas de ensino presentes no cotidiano do aluno, criando oportunidade para a inclusão dos estudantes na rede regular de ensino. Com base no documento BRASIL: MEC/SEESP (2001, p. 31 e 32) o docente da rede regular ensina diversas disciplinas curriculares e o professor AEE complementa essa formação. Na classe comum o professor elabora um plano de apoio para os estudantes que não conseguem acompanhar as disciplinas ministradas de acordo com (P1): “Sim. As atividades são planejadas de acordo com o nível que o estudante se apresenta [...].”

Os educadores especialistas verificam a dificuldade do aluno da classe comum e produzem atividades, promovendo a adequação curricular como exemplificado pelo (P2): “[...] O primeiro passo é fazer uma investigação das habilidades e dificuldades que o estudante apresenta [...]. Após este levantamento é realizado o Plano de Atendimento Educacional Especializado.” Esses planejamentos adaptados têm como propósito oferecer um ensino de qualidade para que o aluno assimile as atividades propostas por ambos os professores. A entrevistada (P2) explica como é aplicada às atividades na SRM: “Ex: estudante com TEA (Transtorno Espectro Autista) não alfabetizado, não associa número/valor, dificuldades de fala e coordenação motora fina. De forma lúdica através da centopeia será possível trabalhar diferentes tipos de pareamentos [...]”. Em concordância com a instrução 016/2011 (PARANÁ: SEED/SUED) o professor AEE através de metodologias dá suporte aos docentes dos ensinos na classe comum.

Vale ressaltar que quando questionados se os profissionais (P1), contribuíram com os professores (P2) na formulação das atividades, as respostas foram inversas. Dentre eles, um informou que ajuda e outro não. Entretanto, MIRANDA (2014), salienta que a articulação entre esses profissionais necessita de conversas com relação a flexibilidade e adequação dos conteúdos do ano. O educador (P2) respondeu: “Dou suporte para os professores poderem trabalhar da melhor maneira possível com os alunos de inclusão.[...] Passo as orientações por escrito de como encaminhar o trabalho com a criança, faço e ensino a professora a fazer adaptações das atividades e conteúdos trabalhados.[...]” Nota-se que há um diálogo entre as partes envolvidas (P1 e P2), porém são trabalhos distintos. Os educadores (P2) salientam sobre a dificuldade da aceitação do planejamento oferecido pela professora da SRM, aos partícipes

(P1). Entretanto, MANTOAN (2010) destaca que o atendimento educacional especializado deve estar incluído no projeto político pedagógico das escolas. Visto que as articulações devem ser construtivas para atender a necessidade dos estudantes.

No decorrer desse trajeto compete esclarecer como os participantes se sentem ao exercer sua função na classe que está inserido levando em consideração sua experiência profissional e qualificação acadêmica, as respostas foram distintas entre os participantes. REZENDE (2016, p.8) os professores formados recentemente que obtiveram superficialmente conteúdos voltados à área de educação especial mesmo havendo didática para o ensino. Constata-se que a comunicação entre os profissionais é frequente, mas ainda apresentam dificuldades nesta articulação. De acordo com BRASIL: MEC/SEESP (2010), o sistema inclusivo precisa de reajustes na gestão escolar, metodologias e na formação de professores.

9 CONCLUSÕES

A pesquisa realizada com professores que trabalham no município de Curitiba/PR, propôs analisar as visões dos profissionais que participaram do estudo sobre as Salas de Recursos Multifuncionais, através dos aspectos estudados na revisão de literatura e dos dados coletados, foi possível atingir os objetivos da pesquisa.

Nota-se que há uma problemática com relação a articulação entre o docente que atua com o atendimento educacional especializado e o professor da sala comum, em que o trabalho colaborativo ainda não é satisfatório, traz um confronto da teoria com a prática. A comunicação entre os profissionais acontece, mas envolve diferentes opiniões. Embora haja conflitos compreende-se a importância da sala de recursos multifuncionais para a formação do estudante público alvo da educação especial ao complementar o ensino da rede regular.

Conclui-se que a percepção dos professores frente aos serviços especializados torna relevante para entender quais os aspectos que envolvem o processo educativo das escolas para os estudantes da rede municipal de educação, a fim de garantir a permanência dos mesmos, buscando a autonomia dos alunos com necessidades educacionais especiais que estão matriculados em salas de recursos multifuncionais. As políticas públicas educacionais precisam ser estudadas por todos os profissionais da educação para o desenvolvimento pleno das escolas e serviços especializados, as leis estão em vigência para que ambas trabalhem da melhor maneira possível fornecendo assim um ensino de qualidade promovendo a inclusão. Sendo assim, as salas de recursos multifuncionais tem por finalidade que o estudante acompanhe o ensino regular, atingindo os objetivos pedagógicos das escolas dentro do processo inclusivo.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica**. Brasília, SEESP/MEC, 2008.

BRASIL, LEI N° 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, V.134, N. 248, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27834-27841.**

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica/ Secretaria de Educação Especial – MEC/SEESP, 2001.**

BRASIL. **Manual de orientação: programa de implantação de salas de recursos multifuncionais**. Brasília: MEC/SEESP. 2010

BRASIL: MEC/CNE/CEB. Resolução N° 4, de 2 de outubro de 2009. **Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial**. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf>. Acesso em: 29 de abril de 2020

BORGES, Horaides Defant de Souza; ALMEIDA, Lirane Elize Defante Ferreto de. **Formação para professores da educação especial: uma experiência no programa de desenvolvimento educacional no paraná. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educao. Superintendência de Educao. Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE, 2013. Curitiba: SEED/PR., 2016. V.1. (Cadernos PDE).
Disponível em: <
http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_unioeste_edespecial_artigo_horaides_defant_de_souza_borges.pdf>. Acesso em: 07 de maio de 2020. ISBN 978-85-8015-076-6.**

MANTOAN, Maria Teresa Eglr; ROPOLI, Edilene Aparecida; SANTOS, Maria Terezinha da Consolao Teixeira dos; MACHADO, Rosângela. **A educao especial na perspectiva da inclusão escolar. A escola comum inclusiva**. Brasília: Ministério da Educao; Secretaria de Educao Especial, 2010. 51p.

MANZINI, E. J. **Política de educao especial: consideraes sobre público-alvo, formao de professores e financiamento**. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, v. 22, n. esp. 2, p. 810-824. Araraquara, 2018.

MIRANDA, Elba Neri Moreira de. **Sala de recurso multifuncional: visão de professores inseridos na rede pública de Curitiba e região metropolitana.** 2014.121 f. Dissertação (Mestrado em Distúrbios da Comunicação) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2014.

PARANÁ. Deliberação nº02/2016. **Dispõe sobre as Normas para a Modalidade Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino do Paraná.** CURITIBA: CEE, 2016.

PARANÁ: SEED/SUED. Instrução n.º 016/2011. **Estabelece critérios para o atendimento educacional especializado em SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL TIPO I, na Educação Básica – área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos.** Disponível em:<http://www.dvzleonardodavinci.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/10/720/455/arquivos/File/Instrucao_016_SRM_ed_basica.pdf>. Acesso em: 15 de maio de 2020.

POKER, R. B.; et al. **Plano de desenvolvimento individual para o atendimento educacional especializado.** Cultura Acadêmica/Oficina Universitária: Marília, 2013.

REZENDE, Odineia Aparecida Soares. **Percepções sobre educação inclusiva e atendimento educacional especializado apresentadas pelos alunos do curso de formação de docentes.** In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE, 2016. Curitiba: SEED/PR., 2018. V.1. (Cadernos PDE). Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_edespecial_unicentro_odineiaaparecidadiassoares.pdf>. Acesso em 20 de maio de 2020. ISBN 978-85-8015-093-3